



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## Política brasileira: um olhar para prática política

Por: Rafael Egidio Leal e Silva<sup>1</sup>

Rafael.silva@ifpr.edu.br

&

Tiago Valenciano Previatto Amaral<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> É Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, é Especialista em Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, é Especialista em História das Religiões pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, é Especialista em Teoria Histórico-Cultural pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, tem curso de Aperfeiçoamento Profissional em Epistemologia e Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, tem curso de Aperfeiçoamento Profissional em Direito pelo Centro de Estudos Jurídicos Professor Luíz Carlos de Oliveira – CPLC, é Graduado e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e é Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. É servidor público federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, lotado junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, no campus da cidade de Umuarama. Ministra as disciplinas de Sociologia nos cursos Técnico em Química, Informática, Edificações, ministra a disciplina de Psicologia da Educação, Antropologia da Educação e Sociologia da Educação no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Atua como Coordenador de Pesquisa e pesquisador-efetivo do Grupo de Pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologia – IFPR. É membro do Grupo de pesquisa sobre Psicologia Histórico-cultural e Educação – UEM e no Grupo de pesquisa sobre Interação humana e contemporaneidade – UEM. Atua no Grupo de pesquisa sobre Estudos Paranaenses – UFPR. Atua nas Linhas de Pesquisa sobre: 1. Laboratório de estudos e pesquisa sobre interação humana e contemporaneidade; 2. Psicologia Histórico-cultural e Educação; 3. História, sociedade e cultura e 4. Grupo de estudos em Educação. É Coordenador do Projeto de Pesquisa sobre Contribuições do materialismo dialético para a compreensão do sujeito da modernidade: consciência, arte e política. É Coordenador do Projeto de Pesquisa sobre A opressão de gênero na política e na história: dos fundamentos filosóficos às instituições brasileiras. É membro do Corpo Editorial dos seguintes periódicos científicos: Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses – NEP; Revista Acadêmica da Câmara Municipal de Maringá; IF-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica e Instituto de Cultura Política. Em 2016 recebeu o Certificado de Mérito da turma do curso Técnico de Química do IFPR – Umuarama. É autor de artigos científicos na mídia especializada nacional. É co-autor do livro “Política brasileira: como entender o funcionamento do Brasil” (2015) e Co-organizador do livro “Investigações Filosóficas – Sophia Umuarama – Filosofia, Educação e autonomia” (2015). É co-autor dos livros “Teoria Social” (2016); “Estado dominante e parentesco no Paraná” (2015).

<sup>2</sup> É Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. É servidor público federal, lotado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR. É servidor público municipal da cidade de Maringá e é professor horista no Centro de Ensino Superior de Maringá – CESUMAR. Atua na Linha de Pesquisa sobre Instituições e poder. Atua como integrante do Projeto de Pesquisa sobre Max Weber (1864-1920) e o surgimento da Sociologia Compreensiva. Atua com membro do Corpo Editorial do Núcleo de Estudos Paranaenses – NEP. É autor de artigos científicos em periódicos nacionais. É autor do livro “A radiografia do poder: as elites políticas de Maringá (1997-2012)” (2013). É co-autor dos livros: “Direito eleitoral: teoria e prática” (2018); “Tribuna: discursos de Bento Munhoz da Rocha Neto” (2016); “Política brasileira: como entender o funcionamento do Brasil” (2015); “Cara de santo: as propagandas políticas do Paraná” (2014); “Teoria social” (2016);

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

### Resumo

O objetivo deste capítulo é discutir alguns aspectos sobre a política e a política brasileira entendida como campo próprio de estudo e prática. Apresentamos aspectos gerais da política, questionamos o caminho da cidadania brasileira e os traços característicos do comportamento do brasileiro no campo político. Buscamos contribuir didaticamente para o ensino da política em nosso Ensino Médio.

**Palavras-Chave:** Política Brasileira; Cidadania; Educação.

### Resumo

*La celo de ĉi tiu ĉapitro estas diskuti iujn aspektojn de brazila politiko kaj politiko komprenita kiel kampo de studado kaj praktiko. Ni prezentas ĝeneralajn aspektojn pri politiko, pridubas la vojon de brazila civitaneco kaj la karakterizajn trajtojn de brazila konduto en la politika kampo. Ni serĉas kontribui al la instruado de politiko en nia malĉefa lernejo.*

**Ŝlosilvortoj:** *brazila politiko; Civitaneco; Edukado.*

### Abstract

*The aim of this chapter is to discuss some aspects of the policy and Brazilian politics understood as own field of study and practice. We present general aspects of policy, we question the way the Brazilian citizenship and the characteristic features of the Brazilian behavior in the political field. We seek to contribute didactically to the policy of education in our high school.*

**Keywords :** *Brazilian Policy. Citizenship. Education.*

O objetivo deste capítulo é lançar, ainda que de modo inicial e breve, o debate acerca da prática política no Brasil. Considerando o momento atual do país, que vive um verdadeiro caos político, é tempo de se perguntar: Por que a política brasileira parece sempre imersa em crises atrás de crises? Por que nosso país não dá certo, principalmente no âmbito da política?

Sustentamos que a política é o campo próprio do conflito, aliás, como Maquiavel já previra n’**O príncipe** (1999): a política é a resultante do conflito entre o povo e os poderosos. Este quer dominar, aqueles não querem ser dominados. Desta forma, a construção política se opera necessariamente no conflito. Mas o comportamento do cidadão brasileiro é extremamente ambíguo nesta seara: ora é extremamente pacífico e alienado; ora é de uma

---

“Política e sociedade em cidade de porte médio: o caso de Maringá” (2015) e “Estado, classe dominante e parentesco no Paraná” (2015).



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

violência e ódio que nos faz necessariamente pensar a respeito de nossa sociedade e dos rumos a que, politicamente, estamos todos sujeitos.

Acreditamos que o cidadão brasileiro, ainda que movido por estruturas históricas e sociais que pautam seu comportamento, é papel da educação e dos professores das áreas de Ciências Humanas a conscientização da forma que o cidadão brasileiro foi moldado ao longo dos séculos, mas também de se mostrar que o campo político é distinto pois as possibilidades estão em aberto, e que cada cidadão tem sua parcela de poder que deve ser exercido. Abdicar deste poder, pacífica e alienadamente, é abdicar de muitas discussões que somente virão à tona nos períodos de crise. Justificamos este texto, portanto, como forma de chamar a atenção dos educadores para a prática política em nosso país. Este capítulo é inspirado no livro **Política Brasileira: como entender o funcionamento do Brasil** (2015), publicado pelos autores com o objetivo de apresentar a política e as relações políticas pátrias de modo didático e acessível aos alunos do Ensino Médio.

Estruturamos o presente capítulo da seguinte forma: na primeiramente trataremos da política e seu campo próprio. Utilizaremos de noções simples para que professores e alunos compreendam o porquê a política é uma disciplina diferente, pois ela não é apenas um apanhado teórico, mas essencialmente prático. Na segunda parte deste texto, trataremos da prática política no Brasil, e como o comportamento do cidadão brasileiro faz com que nossa política seja própria. Uma terceira parte, concluindo o texto, tem o objetivo de questionar a ética do cidadão brasileiro e reforçar o papel da educação neste processo.

### **Como entender a política?**

É normal que as pessoas questionem como funciona a política e como fazer para entendê-la. Comumente, o cidadão tem dificuldade para compreender o cotidiano da política, isto é, quais são as ações rotineiras que vão influenciar a vida das pessoas, como o valor dos impostos, a contrapartida do Estado em realizar obras e aperfeiçoamentos na administração pública, o preço do combustível, do arroz, do feijão, da água, entre outros. Tudo isto fica ainda



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mais complicado quando falamos de corrupção, desvios de verbas públicas e a possível “mordomia” que os políticos brasileiros em geral têm. Mas, de fato, o que eu, um simples cidadão brasileiro tenho que fazer para conhecer a política? Existe algum curso específico para melhor entendê-la? Só de acompanhar o noticiário eu consigo captar as discussões que passam na política? São estas e outras perguntas que pretendemos responder neste tópico, a fim de facilitar a compreensão desta que é uma arte, uma ciência e uma paixão.

Antes de continuarmos a falar sobre a política é importante fazermos um exercício simples e didático para melhor entender o jogo de interesses e poder que se convencionou creditar a ela: afastar os preconceitos, isto é, esquecer tudo (ou quase!) sobre o termo. Vemos em nossos dias que o próprio preconceito está na pauta política, e muita energia de nossos governantes e representantes são gastos em torno de uma sociedade menos preconceituosa. Se isto é exigido dos nossos governantes, também é exigido de qualquer um que queira ser uma pessoa letrada politicamente.

Mas como dissemos acima: devemos esquecer quase tudo para iniciar nossa caminhada ao labirinto da política. um dos textos mais evocados ao se tratar de política (e que busca chamar a atenção sobre a necessidade da política) é **O analfabeto político**, do teatrólogo alemão Bertold Brecht (1898-1956). Vemos que Brecht afirma que o pior analfabeto é o político, que é aquele que não ouve, não fala e não participa dos acontecimentos políticos. Podemos pensar que o analfabeto político é aquele que não participa da política. Mas não! O analfabeto político já é, por si, um analfabeto (ainda que letrado)! Antes da participação política, há a necessidade do entendimento sobre a mesma. Uma ação autônoma, onde o indivíduo seja um sujeito (e não se torne sujeito) demanda, necessariamente, do seu entendimento prévio. E, no caso da política, este entendimento deve ser absolutamente estratégico. Afinal, falamos aqui de poder e seus jogos.

O analfabetismo nos remete ao fato de uma pessoa não saber nem ler nem escrever, ou, se o fizer, o faz mecanicamente, sem conseguir entender sentenças escritas simples. Talvez aqui comece nossa ideia sobre a política: ela é uma espécie de arte ou habilidade com as palavras. Não é comum, aliás, pensarmos que apenas pessoas que saibam discursar e que saibam usar as palavras podem ser políticos. Mas como isto nos ajuda a entender a política?



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

É a partir desta figura mental sobre a política (a boa, apenas a que conhecemos no momento), que recorremos a um importante teórico que mudou a visão da prática política de sua época: Nicolau Maquiavel (1469-1527). Com seu livro “**O Príncipe**”, Maquiavel passou a analisar o Estado moderno de um modo diferente, talvez muito mais pelas práticas adotadas pela classe política do que pelos autores do período, em alguns casos preocupados em idealizar algo que na prática não acontecia. A contribuição sobre a nossa “nova” definição de política é oriunda do entendimento da obra dele, uma vez que a política pode também ser conceituada como a “arte de conquistar, manter e exercer o poder e o governo”.

Aí começamos a diferenciar um pouco como os estudiosos pensam sobre a política. O primeiro destes pensamentos é a política como arte, a qual somente os habilidosos prosperam. Como toda arte, é necessário um dom especial – às vezes até mesmo “sobrenatural” – para que ela se materialize. O que se passa na cabeça do artista só se transforma em arte a partir do momento em que este a coloca em prática. E esta arte, a “arte da política” não é tão fácil assim de ser efetuada, pois depende do relacionamento interpessoal, da condução de problemas específicos do campo político até as disputas de vaidade, muito comuns no contexto da política. Assim, o “artista da política” é alguém que possui esta habilidade de conduzir situações e tê-las sempre a seu favor, angariando simpatizantes e transformando ideias em ações concretas, que de alguma forma devem mudar a vida das pessoas.

O segundo pensamento é ver a política como ciência. E é isto que um cientista político faz, uma profissão contemporânea e muito diferente. Afinal, o que estes profissionais estudam? A política enquanto ciência surgiu depois do estabelecimento das ciências sociais no campo de pesquisa, marcado basicamente pela filosofia e pela história até o início do Século XIX, quando houve a percepção de que uma nova área de pesquisa necessitava surgir. A partir do início do Século XX, a ciência política passou a analisar a política após o nascimento da Idade Moderna e, com esta área de atuação, profissionais se graduam para analisar os processos e sistemas políticos em vigência, sobretudo em relação aos políticos, partidos e eleições como um todo. No Brasil, a ciência política é recente, com o estabelecimento da área da década de 1970 em diante e, sobretudo, com a efetivação dos trabalhos da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política,



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

no início da década de 1990. Desta forma, a política é tratada como ciência, isto é, um campo específico do conhecimento direcionado à pesquisa e ao ensino sobre as maneiras de como a política se consolidou ao longo dos anos.

Nossa última parte da trilogia diz que a política também é paixão. Não deixa de ser. A paixão é um sentimento muito forte em relação a outra pessoa ou a um tema, por exemplo. E assim dividimos a paixão em duas ocasiões: sobre a política e a paixão política. A primeira normalmente é ocasionada pela própria atividade política, muito envolvente e, de fato, apaixonante. A partir dela se podem conhecer muitas pessoas, participar das mais variadas formas possíveis (como candidato, militante partidário, de uma causa ou bandeira, como fiscalizador do governo, como cidadão comum, entre outras), além de cada situação ser diferente uma da outra, exigindo uma habilidade no relacionamento interpessoal específica. Já a segunda é a mais preocupante e a que “vivenciamos” nas redes sociais, por exemplo: a paixão acerca de determinadas causas ou pessoas, que muitas vezes “cega” o horizonte em relação a temas passíveis de solução, mas que o viés apaixonado não faz que as pessoas enxerguem a resolução dos problemas, muitas vezes em defesa do seu ponto de vista (sempre o correto).

Explicamos até aqui que a política diz respeito aos assuntos relacionados ao Estado, além de ser arte, ciência e paixão. Mas ainda não nos esquecemos da derivação do pensamento de Nicolau Maquiavel (1999): a arte de conquistar, manter e exercer o poder e o governo. Incluímos o governo nesta definição porque possuímos maior facilidade de visualizar os processos políticos em que o governo está presente: as disputas eleitorais, as obras, os benefícios que a população espera, enfim, tudo aquilo que está intimamente ligado ao governo. Entretanto, tal interpretação pode ser esmiuçada em duas vertentes. A primeira vertente é a de conquistar, manter e exercer o poder.

Das questões sobre política, o exercício do poder é a mais complicada. Argumentamos neste sentido de que o poder não é mensurado, tampouco tem um estilo específico para ser executado: ele é único para cada ocasião, variando muito de acordo com o cenário político proposto, dos atores envolvidos, enfim, de uma determinada situação. Adiante vamos abordar um pouco mais sobre o que é o poder e como ele acontece em nosso cotidiano.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Por hora, incluímos o governo nesta explicação porque é a ocasião em que mais visualizamos a prática política, isto é, nas ações: 1) para a conquista do governo, como explicitado anteriormente; 2) para a manutenção do governo: os projetos, programas, as propostas veiculadas durante a campanha, os servidores trabalhando, o cidadão que paga os impostos, enfim, o funcionamento em si que manterá o governo de pé; 3) o exercício do poder em relação ao governo.

O fato é a impossibilidade de definirmos a política em poucas linhas ou páginas: cada autor a caracterizará de um modo peculiar – ainda que em geral ela tenha um corpo específico, as peculiaridades deste corpo serão conferidas por cada pessoa que decide estudá-la. Da mesma forma, cada pessoa envolvida na política a praticará seguindo suas convicções, sua razão ou até mesmo sua paixão, orientando-se para os assuntos pertinentes conforme seus procedimentos. Nosso objetivo nesta primeira parte é, em linhas gerais, explicar – ou apontar caminhos – para a compreensão da política acadêmica (aquela, dos cientistas políticos) e a política do dia-a-dia, efetuada desde o cidadão comum até ao Presidente da República por exemplo. Há, como demonstramos, uma relação entre as duas: ainda que pareçam distantes, a teoria e a prática são interdependentes entre si e, por fim, a sentença que aprendemos vale para várias ocasiões do relacionamento humano: é muito difícil se livrar da política, pois ela se manifestará constantemente em nossas vidas.

Desta forma, na próxima parte deste texto, trataremos sobre a prática política no Brasil, enfocando o comportamento do cidadão brasileiro. Enfocaremos aqui não o comportamento dos “poderosos”, mas como a cidadania brasileira foi moldada por caminhos tortuosos e é exercida em nossos dias.

### **O caminho da cidadania no Brasil**

A escravidão implantada pela colonização lusitana no Brasil não teve apenas o objetivo de exploração econômica, mas de apropriação de outros povos, como penitência religiosa da expansão pela fé ultramarina portuguesa. Como nos diz Oliveira, a escravidão brasileira caracterizou-se pelas “cores fortes da violência sexual como apropriação do corpo e anulação



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

do outro, na proibição dos cultos africanos como proibição da fala, no rigor dos castigos como proibição da reivindicação” (OLIVEIRA, 1999, p. 59). Muito mais que econômica, a escravidão moldou a cultura em nossa sociedade.

Podemos considerar o trabalho é forma de criação de relações humanas e durante a modernidade ocidental, especialmente na formação do capitalismo, onde a burguesia colocou o trabalho como um de seus fundamentos filosóficos para suas reivindicações de liberdade e propriedade (e, portanto, de sua cidadania). Na escravidão, as relações de trabalho estão totalmente transfiguradas e fortemente violentadas. Podemos até dizer que na escravidão o trabalho retorna ao seu conceito original: o *tripalium*, o chicote que açoitava os escravos da antigüidade. O trabalho escravo não é um direito ou um dever: é uma propriedade que aniquila a humanidade do escravo transforma em divino o senhor, proprietário daquelas vidas. É interessante notarmos que a escravidão no Brasil Colônia significou muito mais que um padrão de produção: significou a elaboração de uma verdadeira cultura na sociedade brasileira.

Esta herança rural teria gerado, segundo Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico **Raízes do Brasil**, o “homem cordial”, que, significa não a cordialidade do trato, mas o agir de forma sentimental, como se estivesse no âmbito da família, a “organização de defesa ante a sociedade” (HOLANDA, 1995, p. 147) que o para o brasileiro, “a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo” (ibidem). Assim, o homem cordial, o indivíduo brasileiro, para viver em sociedade, no espaço público, precisa transformá-lo em espaço privado, como se fosse extensão de sua casa ou de sua família. Ao criar os laços emotivos, abandona a racionalidade e os direitos. Tal formação foi fundamental na constituição da cidadania no Brasil. Cidadão, em nossas terras, é o sujeito que “tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo dobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita.” (CARVALHO, 2005, p. 307). A cidadania no Brasil teve um caminho completamente diferente do que em outros países. Onde podemos, assim, localizar essa diferença histórica? Com certeza, os





IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

séculos de escravidão explicam muito, pois a categoria trabalho, fundamental para a formação do cidadão livre e igual da modernidade, foi completamente enviesada em nossas terras, com a utilização massiva e cultural da escravidão.

Pretendemos demonstrar esses ingredientes que a cidadania forjada no Brasil considerando os seguintes temas: personalismo, patrimonialismo, clientelismo, nepotismo. Estes são os principais pontos (em nossa visão) que demonstram como a teoria não se encaixa na prática no sistema político do Brasil.

Esta pequena viagem sobre o chamado “pensamento social brasileiro” nos envereda para ingredientes pouco considerados na teoria de quem faz a política cotidiana (assessores, políticos, funcionários públicos), mas que são facilmente percebidas por quem rege o sistema político brasileiro. Talvez na teoria estes atores não conheçam estes termos (nem o nosso leito), mas estas práticas são preponderantes para compreendermos a máquina eleitoral e pública do país.

O personalismo é algo facilmente notado, muito criticado e com pequenas alternativas no atual sistema político brasileiro. Definimos o personalismo como atribuir para si problemas dos outros e, ao resolvê-los, se colocar como o “salvador da pátria”, isto é, aquele que solucionou um grande problema de outra pessoa. Ao realizar esta prática, o foco da resolução da questão está na pessoa – e não na crença em um sistema formado para dar conta de possíveis problemas ocasionados por ele mesmo.

Com a crença na pessoa que resolveu o problema, o sistema político brasileiro acaba criando os “super-heróis”, capazes de resolver tudo o que chega às suas mãos. Ele se torna uma espécie de “sabe tudo” da política e realiza a ponte entre dois atores fundamentais: o problema e a solução dos seus problemas. Digamos que o sujeito conhece intimamente a máquina pública e, prevendo os possíveis problemas que ela pode ocasionar, ele vai lá e ataca com seus dotes sobrenaturais as questões apresentadas, levando uma resolução plausível a quem acionou seus poderes com uma palavra mágica.

Assim é que se forma o personalismo político: um ente com poderes “sobrenaturais”, capaz de agilizar a vida das pessoas. Com esta aptidão para solução de problemas, quem se



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

beneficia do personalismo tende a permanecer no campo da política, especializando-se cada vez mais em sua atividade profissional. O personalista amplia seus poderes, conseguindo feitiços e magias que um cidadão comum raramente irá dominar – muito em consequência do costumeiro desinteresse pela política e pela burocracia da máquina pública brasileira.

Existem dois tipos de personalistas. O primeiro deles – e mais famoso – é o político. Ele pode ser Vereador, Prefeito, Deputado, Senador, Governador ou Presidente. Não importa o cargo, mas sim sua capacidade de resolver os problemas alheios. Quanto maior o cargo, mais poder ele tem e, conseqüentemente, mais chances de solucionar as questões que chegam à sua mesa de trabalho.

Este traço personalista na política brasileira tem como pano de fundo o conceito de sebastianismo. Esta expressão é originária pela morte do rei D. Sebastião, durante a batalha de Alcácer-Quibir, no ano de 1578. Como D. Sebastião não possuía herdeiros, criou-se a lenda em Portugal que o rei um dia iria retornar, para afastar os intrusos da coroa e resolver todos os problemas do reinado de Filipe II. Mesmo que morto, D. Sebastião um dia voltaria e as pessoas passaram a acreditar nisso.

A partir desta lógica, “personalizamos” tudo o que acontece na política. Se o dólar sobe, a culpa é do Presidente. Se uma estrada não é asfaltada a culpa é do Governador. Se a creche não oferece merenda, a culpa é do Prefeito. Notem que o Poder Legislativo (por suas características próprias já elencadas) é absolvido das críticas mais personalistas em algumas situações, uma vez que o Poder Executivo é o mais visado quando o assunto é eleição e, porque não, política.

O segundo tipo de personalista é o assessor do político. Há uma carreira de assessoria, que começa normalmente na primeira eleição e segue com a manutenção do político no poder. É muito difícil encontrar um assessor de fora do campo da política que domina toda a burocracia existente, capaz de dar conta de personalizar o problema alheio, resolvê-lo e transferir esta personalização ao político que o assessor serve. É um jogo complexo, mas muito natural para quem atua em assessorias políticas.

Por outro lado, o próprio político busca encaixar em sua equipe alguém que domina a máquina pública. São advogados de carreira político-eleitoral, jornalistas, secretárias,



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

assessores que conhecem os trâmites da secretaria, dos três poderes, enfim, um grupo responsável por conduzir os rumos do mandato de determinado político. Observe que o assessor personalista tem mais chances de se manter no sistema do que aquele que não demonstra seus dotes pessoais ou que partilha os projetos com a equipe. Estes normalmente são facilmente catapultados pelos políticos, porque parece não demonstrar serviço.

Diante deste cenário personalista, é muito difícil enxergamos uma saída para este sistema. Codato (2005) argumenta que

a função política do personalismo nessa conjuntura, só pôde manter-se graças a duas fontes: pelo clientelismo parlamentar (antes representado pelo atendimento, legítimo, aliás, das emendas ao orçamento; agora diretamente sob a forma de mesada) e pela patronagem, características que derivam justamente de uma “relação direta” (i.e., não mediada pelas instituições) entre representantes-representantes e representantes-representados. (CODATO, 2005, p.1).

O segundo tópico de nossos indícios para a explicação dos motivos pelos quais o Brasil não dá certo é o patrimonialismo. Este fenômeno ocorre desde o Brasil Colônia e permanece até hoje na pauta de debates da política nacional. Mesmo que os políticos não assumam a prática do patrimonialismo, este surge e ressurgue com força e vigor quando “novos” políticos assumem o poder. Mas, o que é este tal patrimonialismo?

Patrimonialismo é quando não há a separação entre o público e o privado, ou seja, quando os assuntos da máquina pública são misturados com os assuntos pessoais de quem está no poder. É o benefício do uso da máquina pública para fins estritamente pessoais, ganhando vantagens e utilizando da influência da política para êxito próprio.

O termo sugere que o Estado se torne um patrimônio próprio do governante, em que ele faz o que bem entende, sem distinção, utilizando-se da máquina pública para fins pessoais. Desta forma, há a apropriação dos bens públicos, incorporando ao patrimônio pessoal as prerrogativas concedidas pelo cargo que o político exerce. São inúmeros os exemplos de que o patrimonialismo ainda permanece na política brasileira, tanto na esfera municipal, estadual ou federal.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O nosso próximo ponto é o nepotismo: “A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formaram parte da realidade social e política brasileira no século XXI” (OLIVEIRA, 2012). Com esta afirmação, Ricardo Costa de Oliveira dá início às discussões sobre um dos temas da moda na sociologia política brasileira: o nepotismo. Em **“Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”**, Oliveira pretende traçar um panorama geral sobre como o nepotismo surgiu, se desenvolveu e ainda perpetua nas diversas esferas de poder no país.

A hierarquização do Estado brasileiro em seu princípio (pautado também por insígnias simbólicas) aliado à nobreza portuguesa contribuiu para que o nepotismo se desenvolvesse. Afinal, o poder nas câmaras municipais, dos padres das famílias e dos tabelionatos era geralmente concentrado nas mãos de poucas famílias. Além disso, frequentar espaços sociais comuns e o relacionamento intraclasse fizeram com que a miscigenação entre as famílias aumentasse nas vilas do país. Em outras palavras: os integrantes da nobreza procuravam perpetuar os laços familiares com membros de famílias da mesma linhagem social, postadas sempre nos altos estratos sociais. Estas foram as linhas gerais das origens do nepotismo no Brasil, descritas minuciosamente pelo autor, com citação de dados históricos e episódios que marcaram o início do domínio das famílias nas esferas de poder nacionais.

No segundo momento, há a valorização da estrutura social e os indícios de como o nepotismo se transformou em um processo condizente com a sociedade brasileira. Neste sentido, o autor argumenta que as famílias de origem portuguesa – chamadas de “quinhentões” são as que dominam as estruturas de poder, espalhando-se pelos principais postos de ação social. Prova disso são as propriedades escravistas em seus nomes, a atuação nas fazendas e nos engenhos, os proprietários de tabelionatos, representação de autoridade nas vilas, a extensão para os poderes legislativo, executivo e judiciário, enfim, uma ramificação socioestatal e Estado e sociedade amplamente difundida até os dias de hoje. Aliada a esta estrutura social brasileira surge a análise genealógica, ratificando a tese de Oliveira que família ainda importa: o Estado em que os poderosos mandam necessita de pesquisas sobre a genealogia e as redes de parentesco atuando em favor do poder.

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Diante deste quadro, o nepotismo e seus tentáculos é, sobretudo, “um processo de produção e reprodução de desigualdades” e, segundo Oliveira, é necessária a criação de um observatório para estudar o fenômeno – muitas vezes organizado por redes familiares em um dado espaço e tempo. Em seu estágio inicial o nepotismo ocorre através de uma rede de poder local, espalhando-se pelos poderes executivo, legislativo e judiciário abordados no texto. Além destes, o autor elege os cartórios, os tribunais de contas, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os tribunais eleitorais e os conselhos das estatais para a execução de um detalhado exame do nepotismo no Brasil. Vale ressaltar ainda os fluxogramas apresentados, uma ferramenta primordial para entendimento do fenômeno nas principais esferas de poder do país.

No quarto momento, o nepotismo é retratado no Estado do Paraná a partir da emblemática figura de Aníbal Khury, Deputado Estadual que perpetuou seu poder a partir da segunda metade do século XX na Assembleia Legislativa do Paraná. Articulado, o legado deixado por Khury de clientelismo e patronagem no centro legislativo que leva seu nome é estudado pelo autor. A partir da figura central de Aníbal Khury, Oliveira destrincha o nepotismo no Paraná e a herança do fenômeno no poder legislativo, com os empresários nas relações do poder executivo, enfim, no cenário político paranaense do século XX e início do século XXI.

É a partir deste quarto momento que há uma das mais importantes contribuições do livro: as exatas 62 famílias que comandam o poder (nas diversas ramificações já citadas) no Estado do Paraná dos tempos de província até os dias de hoje. Oliveira conseguiu um grande achado em suas pesquisas ao afirmar categoricamente este número, além de apontar (com riqueza de dados) quem são, como são parentes e onde estão localizados as veias do nepotismo de cada família elencada.

### **A ética do eleitor brasileiro**

Se os conceitos de cidadania e trabalho possuem, em nossa formação, o contrário da cidadania em outros países como vimos, como então o eleitor se comporta? Ou melhor, como a ética política é exercida em nossa democracia, cujo “símbolo” de participação é o título de eleitor? Talvez uma das expressões da política brasileira seja a eleição. Realmente, nossa política



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

parece renascer nos períodos eleitorais, para ficar em transe nos anos sem eleições. A eleição compulsória como parte de nossa cultura política (que não é regra nas democracias) gera o imaginário que política tem dois lados: ou você vota, ou você é votado. Na raiz da palavra eleitor está o latim *legere* (catar, colher). Desta palavra, foi derivada diretamente o **ler** em português. Ler é catar, colher, buscar nas palavras escritas o seu significado. Leitor é aquele que lê, ou aquele que colhe. Já a palavra **eleger** é o *legere* acrescido do prefixo *ex* (fora). Assim sendo, o eleitor é aquele que traz para fora a sua escolha. Se o leitor colhe, o eleitor escolhe. Mas deve se responsabilizar por esta escolha, pois para escolher, há necessariamente a presença de uma colheita, que somente virá com o processo de leitura. Um dos problemas de nossa democracia reside nisto: o processo eleitoral não está atrelado ao processo educativo brasileiro. E, por incrível que pareça, a eleição forçada tornou a leitura desobrigada, e a educação desnecessária. Vivemos um problema ético?

Tomaremos por ética o seu sentido mais radical, o *ethos* grego, que significava casa, morada. Como a casa era a unidade básica da sociedade escravocrata antiga, onde habitava a família (do latim *famulus*, servo ou escravo) era, portanto onde se cultivavam os “costumes”. Tomaremos o termo “ética” como uma síntese social de comportamentos, a fim de compreendermos o eleitor brasileiro e sua vivência democrática.

E claro que somos motivados pela necessidade de compreender o ódio verificado nos dois últimos pleitos e que anima os dias atuais, os quais, diante dos resultados houve (e há) manifestações extremadas de aversão, segregacionistas, racistas e até mesmo grupos que pedem abertamente a implantação e intervenção militar no governo brasileiro. O que chama a atenção é o fato da completa passividade do eleitor durante os mandatos, para se transformar em um ser completamente ativo conforme se aproximam os dias das eleições. O espaço de tempo entre o primeiro e o segundo turno é uma panela de pressão de ódio, que foi abundantemente destilado nos dias que se seguiram ao resultado final. Como explicar tal contradição?

Temos então a necessidade de um olhar mais acurado sobre este fenômeno: quem são os grupos que se digladiam tão ferozmente? Observemos que são pessoas que constituem a



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mesma faixa de classe social: a classe média. É justamente o eleitor das classes sociais medianas e urbanas (tanto em termos de ganho, nível de escolaridade e ocupação) que se transforma no portador do *odium* eleitoral. Tanto as classes ricas (falamos das verdadeiramente ricas, e não a classe média que acredita ser rica) quanto as classes pobres, por terem projetos políticos mais claros e objetivos e também manobras políticas mais efetivas do que as ineficientes manifestações e mobilizações virtuais da classe média, ficam em silêncio com o resultado da eleição: para essas classes, política se faz com pressão política durante o mandato, e para atender aos seus interesses mais imediatos.

Claro que esta situação acontece também pelas opções históricas da forma e conteúdo da política. Optamos por uma democracia cujo voto é obrigatório. Optamos pelo esvaziamento político e ideológico capitaneado pelos partidos. Optamos por eleger os candidatos pela força da imagem, e não pela força das ideias. A vivência democrática brasileira, mais que tardia, é vazia de sentido e repleta de imagens e de imaginação.

Diante de tal panorama, onde podemos fundamentar o comportamento do eleitor brasileiro? Onde reside sua ética? Por um lado, temos a precariedade das instituições democráticas, e por outro, temos o futebol como esporte e atividade social estruturante da sociedade no século XX. O brasileiro pode não ter se acostumado à vivência política, mas está plenamente assimilado à vida futebolística. Desta forma, seu padrão de conduta não é a do cidadão, mas do torcedor: aquele que grita, chora, ri, faz barulho, briga se for necessário. Mas quando chega em casa abre uma cerveja e se afunda no sofá.

Nossa política não tem cidadãos, mas sim torcedores. O problema é que esses “torcedores” infantilmente expressam simpatias por ideologias que já provaram ser destrutivas à humanidade, o que pode corroborar a implantação de tais regimes no futuro. Um sério debate se faz necessário, e urgente, e com certeza a escola é um de seus lugares principais. Como formar cidadãos que efetivamente comportem-se com plena consciência de seu papel histórico?



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## Referências Bibliográficas

CARVALHO, J. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CODATO, A. “Reforma política: entre comportamentos e instituições” *In* Revista Espaço Acadêmico, Maringá: n. 55, dezembro de 2005. Disponível em [http://www.espacoacademico.com.br/055/55pol\\_codato.htm](http://www.espacoacademico.com.br/055/55pol_codato.htm). Acesso em 15.03.2016.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL E SILVA, R. & VALENCIANO, T. **Política brasileira: como entender o funcionamento do Brasil**. Astorga/PR: Sahar, 2015.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

OLIVEIRA, F. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” *In*: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLIVEIRA, R. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba/PR: Insight, 2012.